



## PASSAGENS

O número 119 da revista *Lua Nova* é composto por nove artigos, enviados espontaneamente por seus autores, que abrangem, em conjunto, problemas e conjunturas díspares, desafios do contexto nacional e internacional, reflexões teóricas e pesquisas empíricas. Todavia, os leitores mais familiarizados com os dilemas frequentemente examinados nas páginas da *Lua Nova* reconhecerão, com facilidade, que muitos desses artigos conformam uma amostra de questões frequentemente levantadas neste espaço. A relação entre direitos e democracia; nossas possibilidades e desaminhos na busca por desenvolvimento e por uma democracia substantiva; e o estudo dos fundamentos dos processos recentes de desdemocratização são algumas das discussões retomadas e sempre atualizadas nos números da *Lua Nova*.

Alguns momentos-chave de um percurso de continuidades e interrupções são examinados nos artigos que compõem este volume. No texto de abertura, “O suprafascismo de Julius Evola e os fundamentos da Nova Direita liberal”, Francisco Thiago Rocha Vasconcelos examina as doutrinas de extrema direita do Barão Giulio Cesare Andrea Evola, ou Julius Evola (1898-1974). Próximo a ideias fascistas e nazistas, Julius Evola produziu um pensamento político que continuou a ser lido por décadas, até ser reatualizado e assimilado – dos anos 2000 em diante – na passagem do fascismo histórico a novas ideologias da direita iliberal.

No segundo artigo, intitulado “Ultraconservadorismo católico: mimeses dos mecanismos da erosão democrática brasileira”, Ana Claudia Chaves Teixeira e Brenda Carranza refletem sobre a afinidade discursiva e performática entre o ultraconservadorismo católico e o bolsonarismo, partindo da análise da contracampanha feita por conservadores católicos pelo boicote à “Campanha da Fraternidade Ecumênica” de 2021. Ao examinar os vídeos produzidos e os ataques contra ideais ditos esquerdistas, as autoras discutem

a construção do outro como inimigo religioso, demonizado, e que deve ser eliminado. Os princípios da liberdade tornam-se, assim, justificativas para atacar direitos, minar a democracia liberal e os seus ideais de igualdade, liberdades civis, pluralismo e inclusão.

O terceiro artigo, de autoria de Maria Fernanda Lombardi Fernandes e Gabriela Nunes Ferreira (“Alberto Torres e Rui Barbosa: duas visões do Brasil na Primeira República”), retoma o contexto brasileiro da dupla passagem do trabalho escravo ao livre, e do regime monárquico ao republicano, explorando os dois projetos econômicos e sociais então em discussão (o agrarista e o industrialista). O texto convida ao exercício de repensar as dicotomias frequentemente atribuídas a Alberto Torres e Rui Barbosa e a seus projetos de futuro e de inserção do país no mundo, refletindo sobre as aproximações das trajetórias dos pensadores e de suas proposições políticas.

A passagem a uma sociedade moderna é o tema do artigo seguinte, de Alice O. Ewbank e Karim Helayel, que aborda os pensamentos de Richard Morse e Fernando Henrique Cardoso a respeito da industrialização e da urbanização de São Paulo como chave analítica para apreciar a problemática da dependência em suas interpretações sobre o Brasil e a América Latina. No artigo “Richard Morse e Fernando Henrique Cardoso entre São Paulo e a dependência”, os autores partem do interesse comum de Morse e Cardoso por São Paulo de forma a desvelar os dois sentidos divergentes de dependência em suas obras.

O quinto artigo, intitulado “A ‘população em situação de rua’ e suas heterotopias: saberes e poderes em disputa”, de autoria de Giovanna Olinda dos Santos Bernardino e Alessandra Teixeira, percorre diferentes etapas – desde o fim da escravidão até hoje – do exercício de poder e controle sob indivíduos pobres e, sobretudo, racializados que habitam as ruas, tendo por base uma pesquisa documental

e etnográfica do histórico de classificação dessa população. Hoje nomeada de “população em situação de rua” – anteriormente, “morador de rua”, “mendigo”, “indigente”, “vadio” –, o artigo reconstrói as redes de saber e poder por trás de cada uma dessas nomenclaturas, com o objetivo de entender as formas de assujeitamento que elas produzem. Os modos de resistência desses sujeitos, que demonstram outros modos de ser e se relacionar com a cidade, também são explorados pelas autoras.

Em seguida, é publicado o texto “As máscaras da opressão – novas leituras da relação raça e classe”, de Iderley Colombini, que examina o caráter social e racializado do processo de constituição das classes sociais. Em contraste com o juízo de que o antirracismo seria uma luta identitária, Colombini expõe que a questão racial deve ser entendida como central na própria gênese e reprodução das classes sociais.

Os artigos seguintes adicionam uma nova camada de reflexão: o cenário internacional e a inserção dos dilemas do país no âmbito mundial mais amplo. O sétimo artigo, intitulado “Seguindo o dinheiro – uma análise da atuação do Banco Mundial no Brasil (1990-2020)”, de João Márcio Mendes Pereira, examina os empréstimos do Banco Mundial ao Brasil, terceiro maior beneficiário de recursos financeiros da instituição. A pesquisa apresenta um panorama sobre o volume de financiamento direcionado ao país; mudanças de governo a governo; o redirecionamento de empréstimos aos estados, em detrimento da União, a partir do governo Dilma; e os modos pelos quais o Banco Mundial busca difundir e estimular a internalização de ideias, normas e práticas.

O oitavo artigo, “Efeitos das controvérsias investidor-Estado na capacidade dos Estados de legislar para salvaguardar direitos: um estudo de casos em tribunais internacionais de arbitragem entre 1987 e 2020”, escrito por Deisy Ventura e Maria Abramo Brant, estuda os resultados de contestações

judiciais de empresas que acionaram tribunais internacionais de arbitragem contra a iniciativa de alguns Estados de implementar novas legislações e normativas. O exame de casos da área da saúde pública, proteção ambiental, acesso à água e direitos de povos indígenas – tramitados entre 1987 e 2020 – sugere que os resultados das controvérsias têm limitado a capacidade de o Estado legislar em temas que envolvem a salvaguarda de direitos e do interesse público.

Pedro Santos Mundim é o autor do nono e último artigo publicado neste número: “A batalha pela opinião pública e o impeachment de Dilma Rousseff”. O texto revisita a conjuntura decisiva do impedimento da ex-presidente Dilma, buscando adicionar um novo fator explicativo ao processo: o papel da substancial derrubada da popularidade do governo nos três primeiros meses do mandato. Com base em surveys telefônicos e pesquisas qualitativas com grupos focais, Mundim demonstra a paulatina desaprovação da opinião pública ao governo, que deteriora semana a semana (e não de forma súbita) entre os meses de janeiro e março de 2015, diante do ajuste fiscal e dos escândalos de corrupção.

No último artigo, regressamos, portanto, ao contexto contemporâneo que foi tematizado também nos dois textos de abertura deste número e retomamos o exame de elementos críticos que ajudam a esclarecer processos recentes de desdemocratização. Nossos dilemas nacionais são apreciados, desse modo, em um percurso circular, que retrocede a outras passagens decisivas e, logo a seguir, alcança novamente a atual conjuntura crítica, de tal forma que somos relembrados da advertência de Fernando Novais, em “Passagens para o Novo Mundo” (1984, p. 4), de como “o curso da história envolve sempre, e ao mesmo tempo, continuidade” e “ruptura” e como “a sua compreensão pressupõe articular os dois níveis da realidade”.

Todos os artigos do número 119 receberam avaliações positivas de nossos pareceristas, a quem muito agradecemos.

Uma passagem final deve ser realçada: o número anterior da *Lua Nova* foi o último editado por Bruno Konder Comparato e, a partir de agora, Natália Nóbrega de Mello assume como editora-chefe da revista. Agradecemos ao Bruno pela qualidade do trabalho que nos guiou até aqui, ao qual almejamos manifestamente dar continuidade.

## **Bibliografia**

NOVAIS, Fernando. Passagens para o Novo Mundo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n. 9, pp. 2-8, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/3OVL3xB>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Natália Nóbrega de Mello

*é professora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: nmello@pucsp.br*

*Orcid: 0000-0002-4220-8729*

**<http://dx.doi.org/10.1590/0102-009013/119>**